

**(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR EM COMUNIDADES TRADICIONAIS:
AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA E DA VIVÊNCIA EM RELAÇÃO À
DISPONIBILIDADE E ACESSO AOS ALIMENTOS NO POVOADO
PREGUIÇA, INDIAROBA/SE**

**FOOD (IN)SECURITY IN TRADITIONAL COMMUNITIES: AN ASSESSMENT OF
EXPERIENCES AND LIVED REALITIES REGARDING FOOD AVAILABILITY AND
ACCESS IN THE PREGUIÇA VILLAGE, INDIAROBA, SERGIPE, BRAZIL**

**(INSEGURIDAD) ALIMENTARIA EN COMUNIDADES TRADICIONALES:
EVALUACIÓN DE LA EXPERIENCIA Y LA VIDA EN RELACIÓN CON LA
DISPONIBILIDAD Y EL ACCESO A LOS ALIMENTOS EN LA ALDEA DE
PREGUIÇA, INDIAROBA/SE**

**Cristiane Neyre Almeida de Jesus¹, Ingrid Carvalho Santos Oliveira², Adauto de Souza Ribeiro³,
Jailton de Jesus Costa⁴, Robson Andrade de Jesus⁵, Gênisson Lima de Almeida⁶, Luciana Gomes
Machado Nascimento⁷, Joyce Dalline Silva Andrade⁸, Rozana Rivas de Araújo⁹, Marcelo Augusto
Costa Maciel¹⁰, Antônio Fernando Carvalho de Andrade¹¹, Alan Juliano da Rocha Santos¹²**

DOI: 10.54899/dcs.v23i94.6866

Recibido: 31/07/2026 | **Aceptado:** 24/08/2026 | **Publicación en línea:** 31/08/2026.

RESUMO

A Insegurança Alimentar constitui um desafio persistente em comunidades tradicionais costeiras,

¹ Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: neyrecristiane@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9495-6828>

² Pós-doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Laranjeiras, Sergipe, Brasil. E-mail: ingridcarvalho@academico.ufs.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2388-0851>

³ Pós-doutor em Biologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: adautoribeiro@academico.ufs.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7734-3974>

⁴ Pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: jailton@academico.ufs.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4392-2246>

⁵ Doutor em Matemática pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: robsonmat@academico.ufs.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1683-1840>

⁶ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: genissongeoufs@academico.ufs.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6451-5746>

⁷ Pós-doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto Federal de Sergipe (IFS), Lagarto, Sergipe, Brasil. E-mail: luciana.machado@academico.ifs.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9523-6600>

⁸ Doutoranda em Farmácia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: joyce.andrade7@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2928-767X>

⁹ Pós-doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Laranjeiras, Sergipe, Brasil. E-mail: rozanarivas@academico.ufs.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8843-1512>

¹⁰ Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: mamaciel@academico.ufs.br

¹¹ Doutor em Economia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: afcandrade@academico.ufs.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4294-5208>

¹² Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: alanjulianor@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-8114-953X>

especialmente em contextos marcados por desigualdades territoriais, informalidade do trabalho e dependência direta dos recursos naturais. Nesse sentido, este estudo teve como objetivo avaliar a percepção da experiência e da vivência em relação à disponibilidade e acesso aos alimentos no Povoado Preguiça, Indiaroba/SE. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, de caráter descritivo e analítico, baseada na aplicação de questionários estruturados a moradores adultos da comunidade (n = 104), dentre esses, destacam-se as catadoras e os catadores de mariscos (n = 60). Os dados foram analisados mediante a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), além da estatística descritiva e de correlações. Os resultados evidenciaram baixos níveis de renda e escolaridade, elevada informalidade do trabalho, centralidade do autoconsumo como estratégia de acesso aos alimentos e relações com significância estatística entre a atividades insustentável da carcinicultura na comunidade e a Insegurança Alimentar. Embora a mariscagem desempenhe um papel relevante na alimentação cotidiana desse grupo analisado, essas práticas mostraram-se insuficientes para assegurar regularidade e diversidade alimentar. A aplicação da EBIA revelou elevada prevalência de Insegurança Alimentar em ambos os grupos, com maior concentração das formas moderada (50,00%) e grave (33,33%) entre as catadoras e os catadores de mariscos. Conclui-se que a Insegurança Alimentar no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, constitui um fenômeno estrutural, determinado por condicionantes territoriais e institucionais, afetando de forma mais intensa os grupos inseridos em regimes de trabalho informal e ambientalmente dependentes do ecossistema manguezal.

Palavras-chave: Carcinicultura. EBIA. Insegurança Alimentar. Mariscagem. Segurança Alimentar.

ABSTRACT

Food insecurity constitutes a persistent challenge in traditional coastal communities, especially in contexts marked by territorial inequalities, informal work, and direct dependence on natural resources. In this sense, this study aimed to evaluate the perception of experience and lived experience regarding the availability and access to food in the Povoado Preguiça, Indiaroba/SE. This is a quantitative, descriptive, and analytical study based on the application of structured questionnaires to adult residents of the community (n = 104), among whom shellfish gatherers (n = 60) stand out. The data were analyzed using the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA), in addition to descriptive statistics and correlations. The results showed low levels of income and education, high informality of work, the centrality of self-consumption as a strategy for accessing food, and statistically significant relationships between the unsustainable activity of shrimp farming in the community and food insecurity. Although shellfish gathering plays a relevant role in the daily diet of this analyzed group, these practices proved insufficient to ensure regularity and dietary diversity. The application of the EBIA (Brazilian Food Insecurity Scale) revealed a high prevalence of food insecurity in both groups, with a higher concentration of moderate (50.00%) and severe (33.33%) forms among shellfish gatherers. It is concluded that food insecurity in the Povoado Preguiça, in Indiaroba/SE, constitutes a structural phenomenon, determined by territorial and institutional conditions, affecting more intensely the groups involved in informal work regimes and environmentally dependent on the mangrove ecosystem.

Keywords: Shrimp Farming. EBIA. Food Insecurity. Shellfish Harvesting. Food Safety.

RESUMEN

La inseguridad alimentaria constituye un desafío persistente en las comunidades costeras tradicionales, especialmente en contextos marcados por desigualdades territoriales, trabajo informal y dependencia directa de los recursos naturales. En este sentido, este estudio tuvo como objetivo evaluar la percepción de la experiencia y la vivencia respecto a la disponibilidad y el acceso a los alimentos en la aldea de Preguiça, Indiaroba/SE. Se trata de un estudio cuantitativo, descriptivo y analítico basado en la aplicación de cuestionarios estructurados a residentes adultos de la comunidad (n = 104), entre los que destacan los recolectores de mariscos (n = 60). Los datos se analizaron utilizando la Escala Brasileña de Inseguridad Alimentaria (EBIA), además de estadística descriptiva y correlaciones. Los resultados mostraron bajos niveles de ingresos y educación, alta informalidad laboral, la centralidad del autoconsumo como estrategia para acceder a los alimentos y relaciones estadísticamente significativas entre la actividad insostenible del cultivo de camarones en la comunidad y la inseguridad alimentaria. Si bien la recolección de mariscos desempeña un papel relevante en la dieta diaria de este grupo analizado, estas prácticas resultaron insuficientes para asegurar regularidad y diversidad alimentaria. La aplicación de la Escala Brasileña de Inseguridad Alimentaria (EBIA) reveló una alta prevalencia de inseguridad alimentaria en ambos grupos, con una mayor concentración de formas moderadas (50,00 %) y severas (33,33 %) entre los recolectores de mariscos. Se concluye que la inseguridad alimentaria en la aldea de Preguiça, en Indiaroba/SE, constituye un fenómeno estructural, determinado por condiciones territoriales e institucionales, que afecta con mayor intensidad a los grupos involucrados en regímenes laborales informales y ambientalmente dependientes del ecosistema de manglares.

Palabras clave: Cultivo de Camarones. EBIA. Inseguridad Alimentaria. Recolección de Mariscos. Seguridad Alimentaria.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A Insegurança Alimentar constitui um dos principais desafios socioambientais contemporâneos, manifestando-se de forma particularmente intensa em territórios marcados por desigualdades estruturais, precarização do trabalho e acesso desigual às políticas públicas. No Brasil, apesar de avanços históricos no enfrentamento da fome, evidências recentes apontam a persistência e, em alguns contextos, o agravamento da Insegurança Alimentar, com impactos mais pronunciados sobre populações socialmente vulnerabilizadas e grupos cuja subsistência depende diretamente do uso dos recursos naturais (Rede PENSSAN, 2022; FAO *et al.*, 2023).

Inserida nesse debate, o Povoado Preguiça, localizado no município de Indiaroba, pertencente ao Litoral Sul de Sergipe, caracteriza-se como um território tradicional costeiro, no

qual a pesca artesanal e a mariscagem desempenham papel central na organização econômica e social. A coexistência de diferentes grupos sociais no interior do povoado, com destaque para as catadoras e os catadores de mariscos, permite explorar como a (In)Segurança Alimentar se apresenta no território, podendo refletir posições distintas na estrutura produtiva local e diferentes níveis de acesso à renda, por exemplo. Com isso, questiona-se: como foi percebida a experiência e a vivência em relação à disponibilidade e acesso aos alimentos, sob a ótica dos moradores do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE?

Diante desse contexto, o estudo teve como objetivo avaliar a percepção da experiência e da vivência em relação à disponibilidade e acesso aos alimentos no Povoado Preguiça, Indiaroba/SE, com base na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), destacando as diferenciações internas entre o conjunto da comunidade e o grupo social das catadoras e catadores de mariscos.

REFERENCIAL TEÓRICO

As comunidades tradicionais costeiras ocupam posição singular, pois a dependência das atividades, como a pesca artesanal e a mariscagem, confere especificidades ao acesso aos alimentos, combinando práticas de autoconsumo, inserção em mercados locais e redes informais de solidariedade. Embora essas estratégias desempenhem papel relevante na alimentação cotidiana, elas permanecem fortemente condicionadas à estabilidade ambiental, aos ciclos naturais e à disponibilidade de renda monetária, tornando esses territórios especialmente sensíveis a choques econômicos, climáticos e institucionais (Silva *et al.*, 2021; Lima de Jesus; Pena; Araújo, 2023).

Nesse contexto, a Insegurança Alimentar deve ser compreendida como expressão de processos territoriais mais amplos, envolvendo acesso desigual à renda, ao trabalho e à proteção social. Uma abordagem territorial permite evidenciar diferenciações internas aos próprios territórios, revelando que grupos inseridos em regimes de trabalho mais precários tendem a experimentar formas mais intensas e persistentes de restrição alimentar, inclusive com repercussões intergeracionais (Galindo, 2025).

Nesse sentido, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) constitui um instrumento validado para a mensuração dessas experiências, permitindo captar diferentes níveis de Insegurança Alimentar, a partir da percepção e vivência dos domicílios. Para além da

classificação em níveis de (In)Segurança Alimentar, a EBIA possibilita analisar como a restrição alimentar se manifesta no cotidiano das famílias, oferecendo subsídios importantes para a compreensão das desigualdades sociais e territoriais associadas ao acesso aos alimentos (IBGE, 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este item foi fragmentado em cinco subseções, sendo elas: Caracterização Socioeconômica e Vulnerabilidade Territorial; Experiência alimentar, autoconsumo e estratégias de acesso aos alimentos; Insegurança Alimentar segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA); Associações entre determinantes estruturais e a Insegurança Alimentar e, por fim, Associação entre mariscagem, impactos da carcinicultura e Insegurança Alimentar.

Caracterização Socioeconômica e Vulnerabilidade Territorial

A caracterização socioeconômica evidencia que o Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, está inserido em um território marcado por restrições estruturais de acesso à renda, ao trabalho formal e às políticas públicas. Observa-se na Tabela 1, no conjunto do Povoado, predominância de mulheres (61,54%), elevada proporção de população autodeclarada preta e parda (93,27%), baixos níveis de escolaridade com 44,23% dos participantes com Ensino Fundamental incompleto e concentração da renda familiar em até um salário-mínimo (70,42%).

A análise comparativa indica que tais características assumem maior intensidade entre as catadoras e catadores de mariscos. Esse grupo, composto majoritariamente por mulheres (93,33%), apresenta maior concentração nas faixas etárias economicamente ativas (61,66% entre 31 e 50 anos) e níveis educacionais predominantemente associados ao Ensino Fundamental incompleto (40 %).

Tabela 1 – Caracterização socioeconômica do Povoado e das Catadoras e Catadores de Mariscos.

Variáveis	Povoado f (%)	Catadores de Mariscos f (%)
Gênero		
Feminino	67 (61,54)	56 (93,33)
Masculino	37 (34,62)	4 (6,67)
Faixa etária		
Até 20 anos	2 (1,92)	1 (1,67)
21 a 30 anos	17 (16,34)	12 (20)

31 a 40 anos	26 (24,04)	23 (38,33)
41 a 50 anos	17 (15,38)	14 (23,33)
51 a 60 anos	19 (17,31)	6 (10)
Acima de 60 anos	23 (21,15)	4 (6,67)
Raça/Cor		
Preta	51 (47,12)	34 (56,67)
Parda	50 (46,15)	24 (40)
Branca/Amarela	3 (2,88)	2 (3,34)
Escolaridade		
Sem instrução	13 (12,50)	5 (8,33)
Fundamental incompleto	48 (44,23)	24 (40)
Fundamental completo	4 (3,85)	6 (10)
Médio incompleto	14 (12,50)	6 (10)
Médio completo	22 (20,19)	17 (28,33)
Superior (inc./comp.)	3 (2,88)	2 (3,34)
Renda familiar mensal		
Até 1/2 salário mínimo	26 (24,04)	37 (61,67)
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	50 (46,15)	19 (31,67)
Acima de 1 salário mínimo	28 (26,96)	4 (6,67)
Total	104 (100%)	60 (100%)

Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

Destaca-se, ainda, que 61,67% das catadoras e catadores de mariscos vivem em domicílios com renda familiar inferior a meio salário-mínimo, proporção significativamente superior à observada no conjunto da comunidade. Essa diferenciação interna no território evidencia posições distintas na estrutura produtiva local e maior exposição das catadoras e catadores de mariscos a contextos de instabilidade econômica.

Assim como identificado neste estudo, foi observado por Lopes *et al.* (2021), que a atividade das catadoras e catadores de mariscos está fortemente associada a condições de baixa escolaridade e baixa renda, revelando a presença de desigualdade e precariedade socioeconômica dos trabalhadores e trabalhadoras da mariscagem, cuja renda mensal se mantém abaixo de meio salário-mínimo (Nascimento; Araújo, 2022).

Experiência Alimentar, Autoconsumo e Estratégias de Acesso aos Alimentos

A experiência alimentar relatada pelo grupo analisado evidencia a centralidade do território e do uso direto dos recursos naturais na garantia do acesso aos alimentos no Povoado Preguiça (Tabela 2).

Tabela 2 – Experiência alimentar, autoconsumo e estratégias de acesso aos alimentos.

Variáveis	Povoado f (%)	Catadores de Mariscos f (%)
Origem principal dos alimentos consumidos		

Compra em comércio local	62 (59,62)	18 (30,00)
Autoconsumo (pesca/mariscagem/coleta)	31 (29,81)	42 (70,00)
Doação/ajuda de familiares ou vizinhos	11 (10,58)	
Frequência de consumo de pescado/mariscos		
Diária	28 (26,92)	46 (76,67)
Semanal	47 (45,19)	14 (23,33)
Ocasional	21 (20,19)	
Raramente ou nunca	8 (7,69)	
Dificuldade para adquirir alimentos nos últimos três meses		
Respostas	69 (66,35)	49 (81,67)
Estratégias adotadas diante da falta de alimentos*		
Redução da quantidade consumida	54 (51,92)	37 (61,67)
Substituição por alimentos mais baratos	63 (60,58)	45 (75,00)
Empréstimo/doação de alimentos	29 (27,88)	44 (73,33)
Priorizar alimentação de crianças	41 (39,42)	29 (48,33)

*As questões admitiram respostas múltiplas por respondente.

Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

No conjunto do povoado, 29,81% dos domicílios declararam o autoconsumo, por meio da pesca artesanal, mariscagem ou coleta, como principal origem dos alimentos, enquanto 59,62% dependem prioritariamente da compra no comércio local. Entre as catadoras e catadores de mariscos, essa dinâmica assume maior centralidade: 70,0% indicaram o autoconsumo como principal fonte alimentar, evidenciando a mariscagem não apenas como atividade produtiva, mas como base estruturante da alimentação cotidiana.

Ainda assim, a elevada dependência do autoconsumo não se traduz em garantia de regularidade e diversidade alimentar, sobretudo em contextos de instabilidade ambiental e econômica (FAO *et al.*, 2023), como indicado neste estudo.

A vulnerabilidade dessa estratégia torna-se evidente quando se observa que 66,35% dos domicílios do Povoado relataram dificuldade para adquirir alimentos nos três meses anteriores à aplicação do questionário, proporção que se eleva para 81,67% entre as catadoras e catadores de mariscos. Dito isso, embora o consumo de pescado e mariscos seja frequente, com consumo diário ou semanal em 72,11% nos domicílios do povoado e em 100% entre as catadoras e catadores de mariscos, a recorrência de estratégias de enfrentamento da escassez indica limites importantes desse padrão alimentar.

Entre as catadoras e catadores de mariscos, 75,0% relataram substituição por alimentos mais baratos, 61,67% a redução da quantidade consumida e 73,33% a recorrência a empréstimos ou doações de alimentos, percentuais superiores aos observados no conjunto da comunidade.

Esses resultados corroboram com a literatura recente, a qual aponta que, em comunidades tradicionais costeiras, o autoconsumo atua como mecanismo de amortecimento da Insegurança Alimentar, reduzindo a dependência imediata do mercado externo, mas permanecendo altamente

vulnerável às pressões externas, como a degradação ambiental, os conflitos pelo uso do território e as restrições ao acesso aos ecossistemas costeiros (Silva *et al.*, 2021; Lima de Jesus; Pena; Araújo, 2023).

Por conseguinte, as redes de solidariedade familiar e comunitária, acionadas por 27,88% dos domicílios do povoado e por 73,33% das catadoras e catadores de mariscos, configuram arranjos informais relevantes de proteção social. No entanto, conforme destacam Maluf e Menezes (2021), tais estratégias possuem caráter paliativo e não substituem políticas públicas estruturantes capazes de enfrentar as desigualdades territoriais persistentes que condicionam o acesso regular e adequado aos alimentos.

Do ponto de vista nutricional, o padrão alimentar associado ao autoconsumo apresenta limitações importantes. A predominância do consumo de pescado e mariscos assegura o acesso às proteínas de alto valor biológico, mas não garante, por si só, uma dieta diversificada e nutricionalmente adequada. A elevada proporção de domicílios, tanto no povoado em geral quanto entre as catadoras e catadores de mariscos que relataram dificuldade para manter uma alimentação saudável e variada indica que o autoconsumo, embora relevante, não supre a necessidade de outros grupos alimentares, como frutas, legumes, cereais e alimentos de origem vegetal, cuja aquisição depende majoritariamente do mercado e de renda monetária (FAO *et al.*, 2023).

Insegurança Alimentar segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

Considerando como ponto inicial da discussão o direito humano à alimentação, a EBIA possibilita a investigação de fatores que fragilizam a provisão a alimentos. O estudo de Lima de Jesus, Pena e Araújo (2023) reforça a utilização da EBIA como instrumento, sendo capaz de monitorar a insegurança alimentar de grupos em situação de vulnerabilidade.

A síntese dos resultados da EBIA (Tabela 3) evidencia que a Insegurança Alimentar constitui um fenômeno estrutural no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, manifestando-se com intensidades distintas entre o conjunto da população residente e o grupo das catadoras e catadores de mariscos. A elevada frequência de respostas afirmativas aos itens da EBIA relacionados à preocupação com a falta de alimentos, à redução da qualidade da dieta e à restrição quantitativa da alimentação.

No conjunto do povoado, mais de 60% dos adultos relataram experiências associadas à

Insegurança Alimentar, como a preocupação de que os alimentos acabassem (64,42%), a efetiva falta de alimentos por insuficiência de recursos financeiros (62,50%) e a impossibilidade de manter uma alimentação saudável e variada (64,42%). Esses resultados apontam para um padrão de Insegurança Alimentar que ultrapassa situações pontuais de escassez, configurando-se como uma condição persistente, relacionada à baixa renda, à informalidade do trabalho observadas no recorte espacial deste estudo.

Entre as catadoras e catadores de mariscos, os indicadores da EBIA revelam uma intensificação dessas experiências. A preocupação com a possibilidade de falta de alimentos atingiu 81,67% dos participantes, enquanto 76,67% relataram que os alimentos acabaram antes que houvesse dinheiro para comprar mais.

Ademais, 75% informaram não dispor de recursos suficientes para garantir uma alimentação saudável e variada, e mais da metade vivenciou situações de restrição alimentar severa, como comer menos do que deveria (61,67%) ou realizar apenas uma refeição ao dia (56,67%). Esses dados indicam maior exposição das catadoras e catadores de mariscos às formas moderada e grave de Insegurança Alimentar.

Tabela 3 – Situação de Insegurança Alimentar segundo a EBIA.

Itens da EBIA	Povoado Adultos (%)	Catadoras/es Adultos (%)	Povoado Menores (%)	Catadoras/es Menores (%)
Preocupação de que os alimentos acabassem	67 (64,42)	49 (81,67)	-	-
Alimentos acabaram antes de poder comprar/receber mais	65 (62,50)	46 (76,67)	-	-
Falta de dinheiro para alimentação saudável e variada	67 (64,42)	45 (75)	-	-
Consumo apenas de alguns alimentos por falta de dinheiro	66 (63,46)	44 (73,33)	-	-
Adulto deixou de fazer refeição por falta de dinheiro	61 (58,65)	38 (63,33)	-	-
Adulto comeu menos do que devia por falta de dinheiro	67 (64,42)	37 (61,67)	-	-
Adulto sentiu fome, mas não comeu por falta de dinheiro	65 (62,50)	35 (58,33)	-	-
Adulto fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer	63 (60,58)	34 (56,67)	-	-
Menor não comeu quantidade suficiente	-	-	4 (7,14)	27 (45)
Redução da quantidade de alimentos das refeições de menores	-	-	4 (7,14)	26 (43,33)
Menor deixou de fazer alguma refeição	-	-	4 (7,14)	22 (36,67)
Menor sentiu fome, mas não comeu	-	-	4 (7,14)	19 (31,67)
Menor fez apenas uma refeição ou ficou sem comer um dia inteiro	-	-	0 (0)	18 (30)

Nota: Percentuais calculados em relação ao total de adultos participantes ou ao total de domicílios com presença de menores de 18 anos.

Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

A análise da dimensão infantil reforça a existência de diferenciações internas relevantes no Povoado. Nos domicílios em geral, as experiências de restrição alimentar entre crianças e adolescentes foram pouco frequentes, com apenas 7,14% dos domicílios relatando situações como redução da quantidade de alimentos ou fome não saciada.

Observa-se que, especialmente entre as crianças, o IDSC reflete problemas estruturais no acesso à alimentação adequada, como as desigualdades no acesso de alimentos regularmente adequados (IDSC/BR, 2025). Nesse contexto, o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (2025) apresenta um baixo nível de desenvolvimento sustentável, com pontuação igual a 46,67, em uma escala de 0 a 100, no município de Indiaroba/SE.

Por conseguinte, nos domicílios de catadoras e catadores de mariscos, essas vivências apresentam-se de forma ainda mais grave: 45% relataram que crianças ou adolescentes não consumiram quantidade suficiente de alimentos; 43,33% informaram a redução da quantidade das refeições; e 30% indicaram que algum menor realizou apenas uma refeição ao dia ou permaneceu um dia inteiro sem se alimentar. Esses resultados indicam maior vulnerabilidade à reprodução intergeracional da Insegurança Alimentar entre as famílias diretamente dependentes da mariscagem.

Situação que corrobora com o estudo de Oparinde *et al.* (2025), no qual identificou que 62% dos entrevistados residiam em domicílios com subnutrição, o que evidencia que a pobreza constitui um dos principais fatores associados à insegurança alimentar.

Embora a Insegurança Alimentar esteja disseminada no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, sua intensidade é significativamente maior entre as catadoras e catadores de mariscos, grupo social que ocupa posição mais frágil na estrutura produtiva local, conforme Lima de Jesus, Pena e Araújo (2023).

Adiante (Figura 1), a análise de associação entre povoado em geral e grupo das catadoras e catadores de mariscos e a classificação da Segurança Alimentar revelou diferenças estatisticamente significativas na distribuição das categorias da EBIA ($p < 0,001$). Os resultados indicaram que a Insegurança Alimentar não se distribui de forma homogênea no Povoado em questão, assumindo maior gravidade entre as catadoras e catadores de mariscos.

Entre as catadoras e catadores de mariscos, 66,7% dos domicílios encontram-se em situação de Insegurança Alimentar grave, proporção mais que o dobro da observada no conjunto da comunidade (30,8%). Conforme Lima de Jesus, Pena e Araújo (2023) a principal estratégia dessa população para o enfrentamento da Insegurança Alimentar é a atividade de mariscagem.

Em contraste, a Segurança Alimentar foi identificada em 28,8% dos domicílios do povoado em geral, enquanto entre as catadoras e catadores de mariscos esse percentual foi de apenas 15%.

Figura 1 – Associação entre o Povoado/Catadoras/es e classificação da Segurança Alimentar.



Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

A Insegurança Alimentar moderada também apresentou maior concentração no povoado (32,7%) quando comparada às catadoras e catadores de mariscos (15%), sugerindo que, nesse grupo, a Insegurança Alimentar tende a se manifestar de forma mais severa.

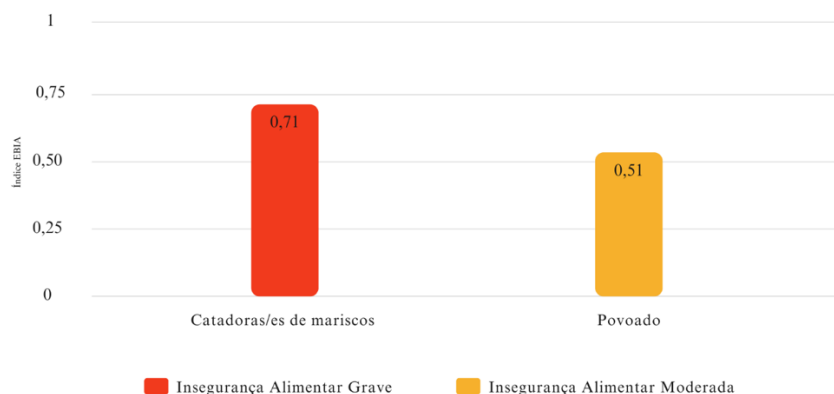
Todavia, os resultados evidenciaram heterogeneidades internas significativas no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, relacionadas às distintas formas de inserção produtiva e aos níveis de acesso à renda. Observou-se também (Figura 3), maior prevalência de Insegurança Alimentar entre as catadoras e catadores de mariscos, cujo índice sintético EBIA (0,71) supera aquele observado para o povoado em geral (0,51).

O resultado do índice de Insegurança Alimentar apresentado neste estudo, revela que as catadoras e catadores de mariscos vivem em situação de Insegurança Alimentar grave, evidenciando a existência de fome e privação severa de alimentos. O Povoado Preguiça vive em situação de Insegurança Alimentar moderada, revelando que o acesso de alimento é realizado de maneira insuficiente e inadequada.

Tais evidências reforçam os resultados publicados pela Rede PENSSAN (2022), em que os dados de Insegurança Alimentar moderada e grave acima de 30% apresentam-se na região do Nordeste, com Sergipe ocupando o terceiro lugar, estando o Maranhão com 63,3%, Alagoas com

59,9%, Sergipe com 54,6%, e o Ceará com 51,6%.

Figura 2 – Índice sintético de Insegurança Alimentar (EBIA).



Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

Assim como identificado neste estudo, foi observado por Oparinde *et al.* (2025), que a intensidade da pobreza entre pescadores artesanais, foi estimada em 0,59%, indicando que as famílias que vivem em situação de pobreza sofrem privações.

Associações entre Determinantes Estruturais e a Insegurança Alimentar

A análise da associação entre características socioeconômicas e ocupacionais, junto à classificação da Segurança Alimentar, mensurada pela EBIA, evidenciou que a Insegurança Alimentar no Povoado Preguiça, Indiaroba/SE, apresentou forte determinação estrutural (Tabela 4). As associações, estatisticamente significativas, observadas entre Segurança Alimentar e gênero ($p = 0,004$), cor/raça autodeclarada ($p = 0,010$), renda familiar mensal ($p < 0,001$) e ocupação profissional ($p < 0,001$) indicaram que esses marcadores sociais operam de forma interdependente na produção das desigualdades alimentares no território.

No que se refere ao gênero, observou-se maior concentração de mulheres nas categorias de Insegurança Alimentar grave (47,2%) e moderada (30,1%), enquanto os homens apresentaram proporção significativamente maior de domicílios em Segurança Alimentar (43,9%).

(In)segurança alimentar em comunidades tradicionais: avaliação da experiência e da vivência em relação à disponibilidade e acesso aos alimentos no povoado Preguiça, Indiaroba/SE

Tabela 4 – Associação entre características socioeconômicas e a classificação da Segurança Alimentar.

Variável / Categoria	Insegurança grave f (%)	Insegurança moderada f (%)	Insegurança leve f (%)	Segurança Alimentar f (%)	Total n (%)	χ^2	gl	p-valor
Gênero						13,4	3	0,004*
Feminino	58 (47,2)	37 (30,1)	7 (5,7)	21 (17,1)	123 (100,0)			
Masculino	14 (34,1)	6 (14,6)	3 (7,3)	18 (43,9)	41 (100,0)			
Cor/raça						21,5	9	0,010*
Amarela	1 (100,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	1 (100,0)			
Branca	1 (25,0)	0 (0,0)	1 (25,0)	2 (50,0)	4 (100,0)			
Parda	21 (28,4)	23 (31,1)	5 (6,8)	25 (33,8)	74 (100,0)			
Preta	49 (57,6)	20 (23,5)	4 (4,7)	12 (14,1)	85 (100,0)			
Renda familiar mensal						44,1	15	< 0,001*
Até ¼ SM	7 (53,8)	3 (23,1)	0 (0,0)	3 (23,1)	13 (100,0)			
¼ a ½ SM	27 (54,0)	20 (40,0)	1 (2,0)	2 (4,0)	50 (100,0)			
½ a 1 SM	32 (46,4)	16 (23,2)	4 (5,8)	17 (24,6)	69 (100,0)			
1 a 2 SM	5 (20,0)	4 (16,0)	3 (12,0)	13 (52,0)	25 (100,0)			
2 a 3 SM	1 (33,3)	0 (0,0)	1 (33,3)	1 (33,3)	3 (100,0)			
3 a 5 SM	0 (0,0)	0 (0,0)	1 (25,0)	3 (75,0)	4 (100,0)			
Ocupação profissional						57,5	12	< 0,001*
Aposentado	7 (25,0)	2 (7,1)	2 (7,1)	17 (60,7)	28 (100,0)			
Desempregado	42 (56,0)	27 (36,0)	1 (1,3)	5 (6,7)	75 (100,0)			
Trabalho com carteira	6 (54,5)	1 (9,1)	1 (9,1)	3 (27,3)	11 (100,0)			
Trabalho sem carteira	15 (40,5)	9 (24,3)	2 (5,4)	11 (29,7)	37 (100,0)			
Outros	2 (15,4)	4 (30,8)	4 (30,8)	3 (23,1)	13 (100,0)			

*Significativo / Nota: Percentuais calculados por linha

Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

Adicionalmente, a análise por regressão logística binária indicou que as mulheres apresentaram aproximadamente 3,8 vezes mais chances de vivenciar Insegurança Alimentar quando comparadas aos homens ($p < 0,001$), evidenciando maior vulnerabilidade feminina no contexto estudado.

Nesse cenário, esse padrão é consistente com evidências que apontam maior vulnerabilidade alimentar em domicílios chefiados por mulheres, associada à menor renda média, maior informalidade no mercado de trabalho e sobrecarga de responsabilidades domésticas e de cuidado, especialmente em contextos de pobreza e comunidades tradicionais (IBGE, 2023; Silva; Lima; Oliveira, 2022).

Outrossim, a análise segundo cor/raça autodeclarada, revelou que a Insegurança Alimentar grave incide de forma desproporcional sobre os indivíduos autodeclarados pretos, entre os quais 57,6% encontravam-se nessa condição, percentual substancialmente superior ao observado entre pessoas pardas (28,4%) e brancas (25%).

Em contraste, a Segurança Alimentar prevaleceu entre os indivíduos brancos (50%) e pardos (33,8%), enquanto permaneceu restrita entre a população preta (14,1%). Esses achados reforçam evidências de que a Insegurança Alimentar no Brasil apresenta forte componente racial, refletindo desigualdades historicamente estruturadas no acesso à renda, ao trabalho formal e às políticas públicas, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidade social e racialização da pobreza (Barbosa *et al.*, 2023; Pessoa; Costa; Santos, 2024).

No tocante à renda familiar mensal, este estudo mostrou um dos determinantes mais consistentes da Segurança Alimentar. As maiores proporções de Insegurança Alimentar grave concentram-se entre famílias com renda de até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo (53,8%) e entre aquelas com renda entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário-mínimo (54%). À medida em que a renda aumenta, observou-se uma redução progressiva da Insegurança Alimentar grave e, ao mesmo tempo, ampliação da Segurança Alimentar, representando 52% entre as famílias com renda de 1 a 2 salários-mínimos e 75% entre aquelas com renda de 3 a 5 salários-mínimos.

Esses resultados corroboram com estudos que identificaram a insuficiência de renda como principal determinante da Insegurança Alimentar no país, mesmo em períodos de relativa melhoria nos indicadores nacionais (IBGE, 2023; Machado *et al.*, 2022).

Ademais, no que se refere à ocupação profissional, a Insegurança Alimentar grave atinge proporções elevadas entre indivíduos desempregados (56%) e trabalhadores com carteira assinada (54,5%), seguidos pelos trabalhadores sem carteira assinada (40,5%). Em contraste, os

aposentados apresentam o maior percentual de Segurança Alimentar (60,7%), evidenciando o papel protetivo da renda previdenciária regular.

Dessa forma, o elevado percentual de Insegurança Alimentar entre trabalhadores formais sugere que, no contexto do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, a formalização do vínculo laboral não garante, por si só, renda suficiente para assegurar o direito humano à alimentação adequada, possivelmente em função de baixos salários e da instabilidade econômica local.

Nesse sentido, os estudos de Souza, Carvalho e Rocha (2021) e de Costa *et al.* (2024), indicam que a precarização do trabalho e a baixa remuneração, mesmo em vínculos formais, constituem fatores relevantes para a persistência da Insegurança Alimentar em comunidades tradicionais e periféricas.

A associação entre o recebimento de doações alimentares e a classificação da Segurança Alimentar (Tabela 5), segundo a EBIA, evidenciou diferenças estatisticamente significativas entre os grupos analisados ($\chi^2 = 40,9$; $gl = 3$; $p < 0,001$).

Logo, entre os domicílios que recebem doações alimentares, observou-se elevada concentração de Insegurança Alimentar grave (50,9%) e moderada (32,8%), enquanto apenas 10,3% encontram-se em situação de Segurança Alimentar. Em contraste, entre os domicílios que não recebem doações, predominou a Segurança Alimentar (56,3%), acompanhada de menor proporção de Insegurança Alimentar grave (27,1%).

Destarte, resultados semelhantes têm sido observados em estudos nacionais, os quais indicam que ações de doação de alimentos tendem a alcançar, prioritariamente, famílias em situação de privação alimentar severa, funcionando como respostas emergenciais frente à fome já instalada (Oliveira *et al.*, 2021; Machado *et al.*, 2022). Esses achados não indicam que o recebimento de doações produza a Insegurança Alimentar, mas revelam que tais benefícios são direcionados, majoritariamente, aos domicílios que já se encontram em condições estruturais de vulnerabilidade.

O fato de mais de 83% dos domicílios beneficiários concentrarem-se nas categorias de Insegurança Alimentar grave ou moderada, pode ser justificado pelas doações alimentares que operam como mecanismos compensatórios e paliativos, voltados à mitigação imediata da fome, sem capacidade de alterar de forma substantiva os determinantes sociais da Insegurança Alimentar, como renda insuficiente, instabilidade laboral e fragilidade das políticas de proteção social (Santos *et al.*, 2022; Pessoa; Costa; Santos, 2024).

Tabela 5 – Associação entre presença de hábitos alimentares saudáveis e assistencialismo e a classificação da Segurança Alimentar.

Variável / Categoria	Insegurança grave f (%)	Insegurança moderada f (%)	Insegurança leve f (%)	Segurança Alimentar f (%)	Total n (%)	χ^2	gl	p-valor
Você possui hábitos alimentares saudáveis?						30,6	6	< 0,001*
Sim	13 (27,1%)	9 (18,8%)	3 (6,3%)	23 (47,9%)	48 (100,0%)			
Às vezes	43 (47,3%)	31 (34,1%)	7 (7,7%)	10 (11,0%)	91 (100,0%)			
Não	16 (64,0%)	3 (12,0%)	0 (0,0%)	6 (24,0%)	25 (100,0%)			
Total	72 (43,9%)	43 (26,2%)	10 (6,1%)	39 (23,8%)	164 (100,0%)			
Recebe auxílio do governo						38,0	3	< 0,001*
Sim	60 (50,8)	37 (31,4)	8 (6,8)	13 (11,0)	118 (100,0%)			
Não	12 (26,1)	6 (13,0)	2 (4,3)	26 (56,5)	46 (100,0%)			
Recebe doações alimentares						40,9	3	< 0,001*
Sim	59 (50,9)	38 (32,8)	7 (6,0)	12 (10,3)	116 (100,0%)			
Não	13 (27,1)	5 (10,4)	3 (6,3)	27 (56,3)	48 (100,0%)			

*Significativo / Nota: Percentuais calculados por linha

Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

A elevada proporção de Insegurança Alimentar grave entre os beneficiários de doações reforça o caráter emergencial dessas ações. Embora essenciais para reduzir a privação alimentar aguda, as doações não asseguram regularidade, autonomia nem qualidade nutricional da alimentação, especialmente em territórios marcados por baixa renda, informalidade do trabalho e dependência de estratégias não mercantis de subsistência. Para Souza, Carvalho e Rocha (2021) e Costa *et al.* (2024) a dependência prolongada de doações está associada à manutenção de padrões alimentares monótonos e nutricionalmente inadequados, reforçando ciclos persistentes de vulnerabilidade alimentar.

Sendo assim, padrão semelhante é observado na análise do recebimento de auxílio governamental, que também apresenta associação estatisticamente significativa com a classificação da segurança alimentar ($\chi^2 = 38,0$; gl = 3; $p < 0,001$). Entre os domicílios beneficiários (n = 118), 50,8% (n = 60) encontram-se em situação de Insegurança Alimentar grave e 31,4% (n = 37) em Insegurança Alimentar moderada, enquanto apenas 11,0% (n = 13) alcançam a condição de Segurança Alimentar. Por outro lado, entre os domicílios que não recebem auxílio (n = 46), mais da metade (56,5%; n = 26) encontra-se em Segurança Alimentar. Esses resultados corroboram evidências de que os programas de transferência de renda no Brasil apresentam focalização adequada nos grupos mais vulneráveis, mas ainda possuem limitações quanto ao valor dos benefícios e à capacidade de assegurar o direito humano à alimentação adequada de forma contínua (Machado *et al.*, 2022; Oliveira *et al.*, 2023).

Dito isso, a análise do autorrelato de hábitos alimentares saudáveis também revelou associação, estatisticamente significativa, com a classificação da Segurança Alimentar ($\chi^2 = 30,6$; gl = 6; $p < 0,001$).

Além disso, entre os indivíduos classificados em Insegurança Alimentar grave (n = 72), predominou o autorrelato negativo ou intermitente de hábitos alimentares saudáveis: 64% declararam não possuir tais hábitos e 47,3% afirmaram tê-los apenas “às vezes”. Em contrapartida, entre os domicílios em Segurança Alimentar (n = 39), quase metade (47,9%) declarou possuir hábitos alimentares saudáveis, proporção significativamente superior à observada nos demais estratos da EBIA.

Esse cenário reforça que a Insegurança Alimentar se expressa não apenas pela insuficiência quantitativa de alimentos, mas também pela limitação da qualidade nutricional, diversidade e regularidade das práticas alimentares, conforme apontado por Barbosa *et al.* (2023) e Oliveira *et al.* (2023), sobre o consumo alimentar e Insegurança Alimentar no Brasil.

Ademais, nos domicílios classificados em Insegurança Alimentar moderada ($n = 43$) e leve ($n = 10$), a predominância da resposta “às vezes” (34,1% e 7,7%, respectivamente) indicou instabilidade no padrão alimentar, sugerindo que o acesso intermitente aos alimentos compromete a manutenção de práticas alimentares adequadas ao longo do tempo.

Nesse ponto, a literatura científica destaca que a adoção de hábitos alimentares saudáveis depende de condições estruturais de acesso contínuo a alimentos adequados, variados e culturalmente apropriados, sendo fortemente influenciada pela renda, pela estabilidade do trabalho e pela efetividade das políticas públicas de proteção social (Santos *et al.*, 2022; Costa *et al.*, 2024).

Associação entre Mariscagem, Impactos da Carcinicultura e Insegurança Alimentar

As catadoras e catadores de mariscos apresentaram, aproximadamente, 2,3 vezes mais chances de vivenciar Insegurança Alimentar quando comparadas aos demais moradores do Povoado Preguiça. Esse resultado foi obtido por meio de regressão logística binária, na qual a classificação da Segurança Alimentar, segundo a EBIA, foi dicotomizada em Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar, permitindo estimar a associação entre o grupo social (catadoras/es versus demais moradores) e o desfecho analisado.

A associação estatisticamente significativa evidenciou maior vulnerabilidade alimentar entre as catadoras e catadores de mariscos, indicando que a inserção produtiva vinculada à mariscagem constitui um importante marcador de exposição à Insegurança Alimentar com o grupo analisado.

Sendo assim, no âmbito das dimensões socioambientais (Tabela 6), os resultados indicaram uma associação entre a percepção de mudanças ambientais no manguezal após a implantação da carcinicultura e a classificação da Segurança Alimentar, mediante uma relação altamente significativa ($\chi^2 = 24,4$; $gl = 3$; $p < 0,001$).

Entre as/os catadoras/es que relataram perceber alterações ambientais ($n = 55$), 72,7% encontravam-se em situação de Insegurança Alimentar grave, enquanto apenas 9,1% apresentavam Segurança Alimentar. Por outro lado, entre àquelas que não perceberam mudanças ambientais ($n = 5$), 80% foram classificadas em Segurança Alimentar.

Esse padrão indicou que a percepção de degradação ambiental no manguezal, espaço central para a atividade da mariscagem, conforme Nascimento *et al.* (2024), coincide com as

formas mais severas de restrição alimentar.

Tabela 6 – Associação entre percepção e avaliação dos impactos da carcinicultura e classificação da Segurança Alimentar.

Variável / Categoria	Insegurança grave f (%)	Insegurança moderada f (%)	Insegurança leve f (%)	Segurança Alimentar f (%)	Total n (%)	χ^2	gl	p-valor
Percepção de mudanças ambientais no manguezal						24,4	3	< 0,001
Sim	40 (72,7%)	9 (16,4%)	1 (1,8%)	5 (9,1%)	55 (100,0%)			
Não	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (20,0%)	4 (80,0%)	5 (100,0%)			
Avaliação do impacto atual da carcinicultura na comunidade						77,8	6	< 0,001
Negativo	36 (73,5%)	9 (18,4%)	1 (2,0%)	3 (6,1%)	49 (100,0%)			
Neutro	4 (50,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	4 (50,0%)	8 (100,0%)			
Positivo	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (33,3%)	2 (66,7%)	3 (100,0%)			
Avaliação das mudanças ambientais e da prática da mariscagem antes da carcinicultura						19,0	6	0,004
Muita mudança	27 (65,9%)	8 (19,5%)	1 (2,4%)	5 (12,2%)	41 (100,0%)			
Pouca mudança	13 (76,5%)	1 (5,9%)	0 (0,0%)	3 (17,6%)	17 (100,0%)			
Nenhuma mudança	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (50,0%)	1 (50,0%)	2 (100,0%)			

*Significativo / Nota: Percentuais calculados por linha

Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

Dessa forma, a análise da associação entre a avaliação das mudanças ambientais e da prática da mariscagem antes da implantação da carcinicultura e a segurança alimentar também apresentou significância estatística ($\chi^2 = 19,0$; gl = 6; $p = 0,004$).

Em contrapartida, observou-se uma elevada concentração de Insegurança Alimentar grave entre as catadoras e catadores de mariscos que relataram ter percebido muita mudança (65,9%) ou pouca mudança (76,5%) na prática da mariscagem.

Por outro lado, entre àqueles que afirmaram não ter percebido mudanças ($n = 2$), 50% encontravam-se em Segurança Alimentar. Esses resultados sugerem que as transformações percebidas na atividade tradicional de mariscagem, temporalmente associadas à chegada da carcinicultura, relacionam-se à intensificação da Insegurança Alimentar, reforçando a centralidade da mariscagem como estratégia de subsistência, autoconsumo e geração de renda, como afirmou Santos *et al.* (2016).

Desse modo, a associação entre a avaliação do impacto atual da carcinicultura na comunidade e a classificação da Segurança Alimentar das catadoras/es, também se revelou fortemente significativa ($\chi^2 = 27,8$; gl = 6; $p < 0,001$).

Entre as catadoras e catadores de mariscos que avaliaram o impacto da carcinicultura como negativo ($n = 49$), 73,5% encontravam-se em situação de Insegurança Alimentar grave. Em contraste, nenhuma catadora e catador de marisco percebeu impacto positivo foi classificada nessa categoria, sendo que 66,7% dessas apresentaram Segurança Alimentar, revelando, assim, que a percepção negativa dos efeitos atuais da carcinicultura associa-se às formas mais severas de Insegurança Alimentar. Por isso, este estudo sugere que os conflitos socioambientais e produtivos no Povoado analisado repercutem diretamente nas condições de acesso aos alimentos.

Dessa forma, em conjunto, os resultados apresentados apontaram para uma associação consistente entre a Insegurança Alimentar das catadoras e catadores de mariscos e a percepção de impactos socioambientais relacionados à carcinicultura.

As três análises apresentadas convergiram ao demonstrar que a degradação ambiental percebida no manguezal, as mudanças na prática tradicional da mariscagem e a avaliação negativa da carcinicultura, coincidem com maior concentração das formas moderada e grave de Insegurança Alimentar.

Nessa perspectiva, outros estudos também corroboram evidências recentes que destacam que a Insegurança Alimentar em comunidades tradicionais costeiras não se limita à insuficiência de renda, mas está profundamente vinculada à fragilização dos ecossistemas, à perda de

territórios produtivos tradicionais e à desestruturação das estratégias locais de reprodução social (Almeida de Jesus; Pena; Araújo, 2023; Silva *et al.*, 2022).

Todavia, embora o delineamento do estudo não permita estabelecer relação causal direta, os resultados evidenciaram a interdependência entre dinâmica ambiental, organização produtiva e condições alimentares em comunidades tradicionais costeiras.

Nesse sentido, a Insegurança Alimentar manifestou-se como fenômeno estrutural e territorialmente determinado, no qual a degradação ambiental e os conflitos associados à carcinicultura comprometem simultaneamente o acesso aos recursos naturais, a autonomia produtiva e a Segurança Alimentar das catadoras/es.

CONCLUSÃO

Este estudo avaliou a percepção da experiência e da vivência em relação à disponibilidade e acesso aos alimentos no Povoado Preguiça, Indiaroba/SE, com base na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), destacando as diferenciações internas entre o conjunto do povoado e o grupo social das catadoras e catadores de mariscos.

Para tanto, questionou-se: como foi percebido a experiência e a vivência em relação à disponibilidade e acesso aos alimentos, sob a ótica dos moradores do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE?. A experiência e a vivência em relação à disponibilidade e acesso aos alimentos foi avaliado mediante a EBIA, refletindo um índice de 0,71 para o grupo de catadoras e catadores de mariscos, demonstrando Insegurança Alimentar grave; e, um índice de 0,51 para o Povoado em geral, refletindo Insegurança Alimentar moderada.

Assim, a avaliação convergiu para a Insegurança Alimentar, a qual constitui um fenômeno estrutural no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE. Porém, a Insegurança Alimentar se manifestou de forma mais aguda e persistente entre as catadoras e catadores de mariscos, revelando desigualdades internas frequentemente invisibilizadas quando se adota uma leitura homogênea da comunidade.

A maior prevalência de Insegurança Alimentar moderada e grave entre as catadoras/es, bem como os impactos mais intensos sobre domicílios com presença de crianças, reforçam a vulnerabilidade alimentar, articulando-a com o gênero, renda, inserção produtiva informal e dependência de recursos naturais.

Ainda que o autoconsumo de alimentos oriundos da mariscagem represente uma

estratégia de sobrevivência, os dados demonstraram que essa prática não assegura, por si só, regularidade, diversidade ou suficiência alimentar, sobretudo em contextos de instabilidade econômica, degradações ambientais, a exemplo da atividade de carcinicultura.

Nesse ponto, os resultados evidenciaram relações com significância estatística entre a atividade insustentável da carcinicultura, frente às mudanças ambientais no manguezal e a prática da mariscagem, e a Insegurança Alimentar. Revelando, assim, que a atividade da carcinicultura tem potencializado a Insegurança Alimentar das catadoras e catadores de mariscos do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE.

Ao adotar uma abordagem analítica e comparativa, este estudo contribui para a literatura científica, devido a compreensão dos determinantes estruturais da Insegurança Alimentar em uma comunidade tradicional costeira, oferecendo subsídios para o debate de possíveis políticas públicas integradas à Segurança Alimentar, proteção social e conservação ambiental.

Contudo, reconhece-se que a construção desse índice demanda cautela interpretativa, especialmente quanto à comparabilidade entre domicílios com e sem menores, além da hierarquia implícita dos itens da escala, o que aponta para a necessidade de aprofundamentos metodológicos em estudos futuros.

Entre as limitações do estudo, destacam-se o delineamento transversal, que não permitiu inferências causais, e as restrições inerentes ao processo amostral, comuns em pesquisas de base comunitária, as quais podem influenciar a generalização dos resultados. Ainda assim, a coerência interna dos achados e sua convergência com a literatura sobre Insegurança Alimentar em comunidades tradicionais, conferem robustez às conclusões apresentadas,

Por fim, no caso das catadoras e catadores de mariscos, torna-se fundamental articular ações de proteção social, fortalecimento produtivo, garantia de acesso a alimentos diversificados e conservação dos ecossistemas dos quais dependem esse grupo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe/FAPITEC/SE, pelo apoio e fomento concedidos ao longo desta trajetória acadêmica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA DE JESUS, J.; PENA, P. G. L.; ARAÚJO, T. M. Trabalho, gênero e insegurança alimentar em comunidades pesqueiras artesanais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 799–810, 2023.

BOCKORNI, B. R.; GOMES, A. C. Amostragem em bola de neve em pesquisas sociais: potencialidades e limites metodológicos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 36, n. 105, p. 1–18, 2021. Disponível em: <https://10.20396/temáticas.v22i44.10977> Acesso em: 15 jan. 2026.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2023**. Rome: FAO, 2023.

GALINDO, E. *et al.* Insegurança alimentar e desigualdades alimentares no Brasil no contexto da pandemia. **Opinião Pública**, Campinas, v. 31, e20251114, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0191202531114>. Acesso em: 15 jan. 2026.

IBGE. **Insegurança Alimentar no Brasil: análise da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) 2022–2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

LIMA DE JESUS, L.; PENA, P. G. L.; ARAÚJO, K. L. Aspectos da (in)segurança alimentar e nutricional vivenciados por mulheres marisqueiras. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 30, e023024, 2023. DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v30i00.8673751>. Acesso em: 15 jan. 2026.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

LOPES, I. B. S. *et al.* Saúde das trabalhadoras da pesca artesanal: cenários desconhecidos do Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 46, e5, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000028719> Acesso em 15 jan. 2026.

MACHADO, R. L. *et al.* Renda, políticas sociais e insegurança alimentar no Brasil pós-pandemia. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 35, e220198, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-9865202235e220198>. Acesso em 15 jan. 2026.

MALUF, R. S. Segurança alimentar e desenvolvimento territorial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 293–314, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032007000200003> Acesso em 15 jan. 2026.

MALUF, R. S.; MENEZES, F. Segurança alimentar e nutricional no Brasil: conceitos, políticas e desafios contemporâneos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 9, p. 1–12, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XRE021114> Acesso em: 15 jan. 2026.

NASCIMENTO, C. W. S.; ARAUJO, D. M. Analysis of environmental and sanitary knowledge of shellfish gatherers in Vergel do Lago, Maceió/AL-Brazil, before and after educative action. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 23, n. 90, p. 193–210, dez. 2022. DOI:

<https://doi.org/10.14393/RCG239061210>. Acesso em: 15 jan. 2026.

OPARIDE, L. O. *et al.* Poverty and food insecurity status of fisherfolk in the coastal region of Nigeria. **Turkish Journal of Agriculture – Food Science and Technology**, v. 13, n. 4, p. 964–972, 2025. DOI: <https://doi.org/10.24925/turjaf.v13i4.964-972.7393>. Acesso em: 15 jan. 2026.

PENA, P. G. L.; MARTINS, V. L. Gênero, trabalho e saúde em comunidades tradicionais pesqueiras. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 6, p. 1–12, 2019.

PESSOA, M. C.; COSTA, N. R.; SANTOS, S. M. C. Racismo estrutural e insegurança alimentar: evidências recentes no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, e00112223, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00112223>. Acesso em: 15 jan. 2026.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022.

SANTOS, E. A. *et al.* Conflitos socioambientais em comunidades pesqueiras da Grande Aracaju, Sergipe, Brasil. **Revista Geografar**, v. 11, p. 113-132, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/geografar.v11i1.48981> Acesso em: 14 jan. 2026.

SEGALL-CORRÊA, A. M. *et al.* A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA): validação, usos e perspectivas. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 241–252, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634782> Acesso em: 15 jan. 2026.

SILIPRANDI, E. Gênero, segurança alimentar e nutricional: desafios e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 1–15, 2015.

SILVA, A. C.; LIMA, T. R.; OLIVEIRA, D. S. Gênero, trabalho e insegurança alimentar no Brasil contemporâneo. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 371–381, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e78219>. Acesso em 14 fev. 2024.

SILVA, H. R. C. *et al.* Conflitos socioambientais, territórios tradicionais e segurança alimentar em áreas costeiras do Nordeste brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, p. 3991–4002, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022710.04562022>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SILVA, J. *et al.* Insegurança alimentar em comunidades tradicionais costeiras. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 55, p. 1–10, 2021.

SOUZA, J. P.; CARVALHO, A. M.; ROCHA, C. Trabalho formal, baixos salários e insegurança alimentar em áreas periféricas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 38, e0157, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0157>. Acesso em 14 fev. 2024.